

Article: Revisión

Ethical principles applied in the preparation of final projects in Angolan higher education

Princípios éticos aplicados na elaboração dos trabalhos de fim de curso no ensino superior Angolano

¹Ladislau Profírio Amadeu  .

¹Instituto Superior Politécnico da Caála, Huambo, Angola

*Corresponding author: Ladislau Profírio Amadeu 

Submitted: 19-05-2026

Revised: 11-06-2026

Accepted: 01-07-2026

Published: 15-08-2026

Cite as:

Profírio Amadeu, L. (2026). Princípios éticos aplicados na elaboração dos trabalhos de fim de curso no ensino superior angolano. *Sapiens in Higher Education*, 3(2), 1-17. <https://doi.org/10.71068/s494wd03>

ABSTRACT

This article aimed to analyse the ethical principles applicable to the preparation of final course projects in Angolan higher education from constructivist, socio-interactionist and humanistic perspectives. It is a theoretical essay based on a narrative literature review of scientific publications on academic integrity, supervision, authorship, methodological rigour, confidentiality and the responsible use of artificial intelligence. The analysis was organised around five axes: autonomy, scientific honesty, rigour, responsibility and confidentiality. The reflection indicates that these principles do not derive automatically from the pedagogical theories examined; rather, the author relates them to final course projects as interpretive keys for understanding students' ethical development, supervisors' mediation and institutional responsibility. The essay argues that the ethical quality of final projects depends on the articulation of explicit integrity education, dialogical supervision, transparent criteria for authorship and source use, data protection and institutional policies adapted to digital challenges. Ethics should therefore permeate the entire project-development process instead of being restricted to final plagiarism checks or formal compliance with regulations.

Keywords: Angola; Higher education; Ethical principles; Final-year projects.

RESUMEN

O presente artigo teve como objectivo analisar os princípios éticos aplicáveis à elaboração dos Trabalhos de Fim de Curso (TFC) no Ensino Superior angolano, à luz das perspectivas construtivista, sócio-interacionista e humanista. Configura-se como ensaio teórico de revisão bibliográfica narrativa, sustentado por literatura científica sobre integridade académica, supervisão, autoria, rigor metodológico, confidencialidade e uso responsável da inteligência artificial. A análise foi organizada em cinco eixos: autonomia, honestidade científica, rigor, responsabilidade e confidencialidade. A reflexão realizada indica que esses princípios não decorrem automaticamente das teorias pedagógicas examinadas; eles são relacionados pelo autor aos TFC como chaves interpretativas para compreender a formação ética do estudante, a mediação do orientador e a responsabilidade institucional. Sustenta-se que a qualidade ética dos TFC depende da articulação entre formação explícita em integridade, orientação dialógica, critérios transparentes de autoria e uso de fontes, protecção de dados e políticas institucionais adaptadas aos desafios digitais. Conclui-se que a ética deve integrar todo o processo de elaboração do TFC e não limitar-se ao controlo final de plágio ou ao cumprimento formal de regulamentos.

Palabras clave: Angola; Ensino superior; Princípios éticos; Trabalhos de fim de curso.

INTRODUCCIÓN

A elaboração dos Trabalhos de Fim de Curso (TFC) constitui um momento decisivo do percurso académico, porque exige que o estudante articule conhecimento teórico, escolhas metodológicas, escrita científica e responsabilidade ética. A credibilidade do produto final depende não apenas da correcção formal, mas da possibilidade de reconhecer como as fontes foram utilizadas, como as decisões foram tomadas e quais limites condicionam as conclusões.

No Ensino Superior angolano, essa exigência adquire relevância particular diante da expansão da formação científica e da necessidade de consolidar culturas institucionais de integridade. Alfredo e Simões identificaram fragilidades na articulação entre a formação em ética da investigação e as monografias produzidas em instituições angolanas (1). Canoquena, Rodriguez e Samba também observaram dificuldades recorrentes na redacção técnico-científica de trabalhos académicos angolanos (2).

O plágio, a atribuição inadequada de autoria, a opacidade metodológica e a utilização não declarada de ferramentas digitais não devem ser tratados apenas como falhas individuais. Silveira e Almeida assinalam que o plágio envolve dimensões académicas, éticas e jurídicas (3). Por isso, a resposta institucional precisa combinar prevenção, formação, orientação e procedimentos proporcionais de responsabilização.

As perspectivas construtivista, sócio-interacionista e humanista oferecem fundamentos pedagógicos úteis para interpretar esse problema. O construtivismo realça a actividade do estudante na construção do conhecimento; o sócio-interacionismo enfatiza a mediação e o diálogo; e o humanismo valoriza a dignidade, a autenticidade e o desenvolvimento integral. Esses referenciais não produzem, por si mesmos, um catálogo de deveres éticos.

A partir desses pressupostos, o autor relaciona as três perspectivas com princípios relevantes para os TFC. A autonomia é associada à autoria intelectual responsável; a honestidade, à apresentação fiel de fontes e procedimentos; o rigor, à coerência argumentativa e metodológica; a responsabilidade, às consequências das decisões tomadas; e a confidencialidade, à protecção das pessoas e dos dados envolvidos.

A literatura recente mostra que a integridade académica e a integridade da investigação devem ser aproximadas desde as primeiras experiências de pesquisa dos estudantes. Krásničan e colaboradores propõem instrumentos de supervisão capazes de articular esses dois campos (4), enquanto Favaro e colaboradores defendem abordagens educativas, e não exclusivamente punitivas, para o desenvolvimento da integridade (5).

A supervisão ocupa posição central nessa articulação. Uma revisão temática demonstrou que a integridade da investigação depende de responsabilidades partilhadas entre instituições, orientadores e orientandos (6). Estudos sobre formação avançada acrescentam que o orientador

actua como modelo de conduta e mediador da entrada do estudante numa comunidade científica (7).

O problema que orienta o ensaio é: quais princípios éticos devem orientar a elaboração dos Trabalhos de Fim de Curso no Ensino Superior angolano, quando interpretados a partir das perspectivas construtivista, sócio-interacionista e humanista?

O objectivo é analisar os princípios éticos aplicáveis à elaboração dos Trabalhos de Fim de Curso no Ensino Superior angolano, considerando as perspectivas construtivista, sócio-interacionista e humanista.

Quanto ao tipo de estudo, trata-se de um ensaio teórico de revisão bibliográfica narrativa. Não é uma revisão sistemática nem um artigo original empírico, porque não adopta protocolo exaustivo de busca, não selecciona uma amostra de participantes e não produz dados primários. A literatura é mobilizada para construir uma interpretação crítica e contextualizada.

O percurso argumentativo combina literatura sobre integridade académica, ética da investigação, supervisão e escrita científica. Os trabalhos foram seleccionados por pertinência temática, actualidade e disponibilidade de DOI, privilegiando artigos publicados em periódicos científicos. A análise procurou convergências e tensões entre valores éticos, práticas de orientação e responsabilidades institucionais.

A Figura 1 apresenta a estrutura do artigo. Depois da formulação do problema e do objectivo, são explicitadas as bases teóricas; em seguida, discutem-se os cinco princípios éticos; por fim, propõem-se implicações para orientação, formação e políticas institucionais.



Figura 1. Estrutura argumentativa do artigo. Fonte: elaboração própria (2026).

LITERATURE REVIEW

- Os princípios Éticos Aplicados na Elaboração dos Trabalhos de Fim de Curso

A compreensão dos princípios éticos aplicados aos TFC exige uma base teórica consistente, envolvendo a ética académica, o humanismo, a integridade científica, entre outros elementos não menos importantes.

A integridade científica reúne honestidade, rigor, transparência e responsabilidade ao longo do ciclo de investigação. No âmbito dos TFC, o orientador funciona como mediador da qualidade sem substituir a autoria do estudante; essa função de acompanhamento foi descrita como decisiva para a qualidade dos projectos finais (8).

Krásničan et al. (4) defendem uma aproximação entre a integridade científica e a integridade académica, destacando que a formação dos estudantes deve prepará-los para desenvolver práticas responsáveis de investigação desde as primeiras experiências científicas.

Para Favaro et al. (5), a integridade académica não deve limitar-se à punição de comportamentos inadequados, devendo igualmente envolver processos educativos que permitam aos estudantes compreender os princípios que sustentam uma produção académica responsável.

A integridade académica deve ser ensinada como prática de investigação. A formação de pesquisadores precisa incluir autoria, consentimento, gestão de dados, conflitos de interesses e comunicação responsável, conforme defendem estudos recentes sobre cuidados éticos na pesquisa educacional (9).

Rigor e responsabilidade social são dimensões inseparáveis da integridade. Uma síntese lusófona destaca que a confiança na ciência depende da conduta do investigador, da qualidade dos procedimentos e da comunicação transparente dos resultados (10).

A cultura institucional condiciona a possibilidade de agir com integridade. Evidências recolhidas em universidades africanas mostram que políticas, liderança, formação e canais seguros de aconselhamento influenciam a percepção do clima de integridade (11).

Revisões recentes mostram que fraude e plágio respondem a factores pessoais, pedagógicos, tecnológicos e organizacionais; por isso, códigos isolados e sanções finais são insuficientes (12).

A distinção entre integridade académica e má conduta também é relevante: a primeira orienta valores e práticas formativas, enquanto a segunda descreve violações que precisam de procedimentos justos de apuração (13).

A formação ética deve acompanhar a passagem entre aprendizagem, prática profissional e investigação. Em ambientes de aprendizagem integrada, a apropriação de valores de integridade favorece condutas responsáveis para além da sala de aula (14).

As modalidades digitais de avaliação ampliaram preocupações com fraude e autoria. Uma revisão sistemática sobre exames em linha mostra a necessidade de interpretar prevalências com cautela e de combinar desenho de avaliação, apoio pedagógico e verificação proporcional (15).

A legislação angolana reforça esse compromisso ao exigir padrões de integridade e ao prever mecanismos de controlo e sanção. Contudo, a efectividade dessas disposições depende da implementação de políticas que combinem normas claras, supervisão sólida, formação contínua dos agentes envolvidos no processo de elaboração dos TFC, bem como apoio humanizado aos estudantes.

Assim, promover a ética académica é, simultaneamente, um compromisso epistemológico, institucional e humano. Por esse facto, a consistência e a credibilidade dos TFC dependem de um conjunto de princípios, entre os quais se apresentam os seguintes: princípio da autonomia, princípio da liberdade, princípio da honestidade, princípio da responsabilidade, princípio do rigor e, finalmente, princípio da confidencialidade.

- **Princípio de Autonomia**

O princípio da autonomia refere-se à faculdade que o investigador tem de desenvolver a investigação com independência intelectual, sem manipulação indevida por parte do orientador, dos colegas ou da instituição.

Na tradição construtivista, o desenvolvimento cognitivo é compreendido como actividade do sujeito em relação com o meio. Aplicados ao contexto dos TFC, esses fundamentos permitem sustentar uma interpretação ética da autonomia: o estudante deve tomar decisões intelectuais justificadas, sem que o orientador se aproprie do seu trabalho ou substitua a sua autoria.

Na tradição humanista, a autonomia é condição para uma aprendizagem significativa. A partir desses pressupostos, pode-se relacionar autonomia, autenticidade e envolvimento do investigador com o objecto de estudo. Essa relação é uma interpretação teórica do autor e não uma derivação automática de um código ético a partir da teoria pedagógica.

Para a tradição sócio-interacionista, o pensamento autónomo constrói-se em contextos de diálogo e colaboração, nos quais o estudante é estimulado a expressar e a rever as suas ideias. Na abordagem humanista, a autonomia é inseparável do respeito pela individualidade.

Sá et al. (8) destacam a orientação como elemento importante na garantia da qualidade dos TFC. Para os autores, o orientador não deve assumir o trabalho do estudante, mas criar condições para que este desenvolva a sua autonomia científica.

À luz desses pressupostos, pode-se considerar que, na elaboração dos TFC, a independência decisória se traduz no compromisso que o orientando assume no processo de investigação, prevenindo práticas que atentem contra a ética científica. É importante salientar que o princípio da autonomia constitui um elemento central para a formação crítica, ética e investigativa do orientando, pelo que a sua efectivação depende de uma postura equilibrada do orientador, que deve actuar como facilitador e mediador, e não como condutor exclusivo do processo.

Portanto, a autonomia contribui não apenas para a produção dos trabalhos, mas também para a formação de profissionais capazes de tomar decisões fundamentadas e de contribuir para o avanço do conhecimento científico.

- **Princípio de Honestidade Científica**

O princípio da honestidade científica diz respeito ao facto de o investigador apresentar fielmente os procedimentos, resultados e limitações da pesquisa, sem alterar os dados para confirmar hipóteses

ou favorecer determinadas conclusões. Nesse sentido, a honestidade exige que o investigador reconheça as contribuições de outros autores, evitando condutas de apropriação indevida de ideias.

Mercado e Rêgo (9) destacam a necessidade de estabelecer critérios claros para a atribuição de autoria, de modo a assegurar que aqueles que efectivamente contribuíram para determinado trabalho sejam reconhecidos e assumam responsabilidade pela produção.

a literatura pedagógica sustenta que a honestidade é parte da postura reflexiva do investigador, que reconhece a natureza provisória e contextual do conhecimento produzido, enquanto a responsabilidade, por sua vez, reside no compromisso com a qualidade e a coerência do processo investigativo.

Na epistemologia humanista, a honestidade é definida como um conjunto de valores fundamentais para que o investigador actue com integridade, autenticidade e compromisso com o bem comum .

Na perspectiva sócio-interacionista, defendida por Vygotsky, o desenvolvimento moral e social do indivíduo ocorre por meio da interação com outras pessoas. Assim, a honestidade pode ser compreendida como uma conduta orientada pelas relações sociais e pelas normas partilhadas.

A interação a que se refere a perspectiva em abordagem é movida pelo diálogo. Desta feita, a literatura sobre educação dialógica afirmam que a ciência deve ser praticada com transparência, permitindo o diálogo e a crítica.

Em linhas gerais, a honestidade na investigação científica inclui três subprincípios: verdade nos dados, transparência e reconhecimento da autoria. Aplicado ao contexto dos TFC, esse entendimento permite considerar que o orientando desenvolve práticas honestas não somente porque existem normas institucionais que proíbem práticas que comprometam a integridade científica, mas também porque, através do processo educativo e da interação com o professor e os colegas, agrega valores de responsabilidade, verdade e respeito.

A verdade nos dados consiste na apresentação dos resultados exactamente como foram obtidos, sem manipulações destinadas a favorecer os interesses do investigador. A transparência diz respeito à forma clara como são apresentados os métodos, as limitações e as fontes, permitindo que o estudo seja verificado. Já o reconhecimento da autoria consiste em dar crédito aos autores e colaboradores que efectivamente contribuíram para a investigação.

O Decreto Presidencial nº 310/20, de 7 de Dezembro, que aprova o Regime Jurídico do Subsistema de Ensino Superior, estabelece, quanto à missão das Instituições de Ensino Superior, que estas desempenham um papel fundamental na qualificação de alto nível dos cidadãos, com base na formação integral, valorizando-se a educação para a cidadania, o desenvolvimento da criatividade e a capacidade para trabalhar em equipa, em estreita ligação com a investigação científica orientada para a resolução dos problemas locais e nacionais, a prestação de serviços à comunidade, a difusão e transferência do conhecimento e a realização de acções que acrescentem valor à própria instituição e às comunidades em que estejam inseridas.

Assim, durante o processo de elaboração dos TFC, o orientador deve contribuir para que o orientando compreenda a honestidade como uma prática consciente da investigação. O professor, enquanto mediador do processo de aprendizagem, desempenha um papel importante, pois pode favorecer a construção de atitudes éticas.

- Princípio de Rigor

O rigor é um elemento essencial para garantir que os conhecimentos produzidos sejam válidos e significativos. A partir dessa perspectiva, a literatura metodológica defende que o rigor se constrói na relação crítica com o objecto de estudo e na clareza dos procedimentos adoptados. Para a tradição sócio-interacionista, uma investigação rigorosa é aquela que se sustenta numa argumentação bem construída, na escuta activa e no debate com os pares.

Rogers afirma que o rigor não deve ser confundido com rigidez, mas com profundidade, seriedade e compromisso com a verdade e com os sujeitos envolvidos na investigação.

No contexto dos TFC, o estudo realizado por Alfredo e Simões (1) evidencia que alguns princípios éticos mencionados nos Trabalhos de Fim de Curso não são observados na prática. Esta situação revela a existência de uma distância entre o conhecimento formal das normas de investigação e a sua aplicação efectiva.

Diante desses pressupostos, pode-se relacionar directamente a ética e o rigor científico, pois um TFC rigoroso não é apenas aquele que apresenta uma estrutura formalmente correcta, mas aquele em que os procedimentos metodológicos, éticos e analíticos são efectivamente cumpridos e devidamente justificados.

Caldas e Madureira-Carvalho (10) entendem a integridade científica como um conjunto de princípios que devem orientar a produção e a comunicação do conhecimento. A reflexão das autoras abrange a integridade da ciência e do investigador, bem como a responsabilidade social da actividade científica.

A partir dessa perspectiva, considera-se que o rigor na investigação deve ser compreendido como um compromisso com a qualidade e a veracidade do conhecimento produzido. No âmbito dos TFC, isso implica coerência entre o problema de investigação, os objectivos, a fundamentação teórica, os procedimentos metodológicos, a análise dos dados e as conclusões, evitando a manipulação ou a selecção inadequada das informações para confirmar previamente determinadas ideias.

A par dessas considerações, pode-se concluir que o rigor na investigação científica não se limita à precisão técnica, mas envolve coerência teórica, metodológica e ética. É um elemento crucial para a credibilidade da investigação, pois assegura a validade e a confiabilidade dos resultados.

- Princípio de Responsabilidade

O princípio de responsabilidade refere-se ao compromisso que os intervenientes de uma investigação devem assumir perante as consequências das suas acções. Nessa ordem, o investigador e seus colaboradores devem assumir responsabilidade pelas decisões tomadas durante a investigação,

incluindo a qualidade metodológica, o tratamento dos dados e as consequências da divulgação dos resultados.

Na epistemologia Humanista, tal como a honestidade, a responsabilidade é um valor fundamental para que o investigador actue com integridade, autenticidade e compromisso com o bem comum. .

Alfredo e Simões (1) defendem que as fragilidades encontradas no ensino da ética da investigação em Angola justificam uma reflexão profunda sobre a formação científica e sobre a necessidade de mecanismos reguladores da actividade de pesquisa. Para os autores, a responsabilidade pela integridade da investigação não pode limitar-se ao conhecimento individual do estudante, sendo necessária uma intervenção formativa e institucional mais consistente.

A expansão da inteligência artificial generativa introduziu novos desafios de autoria, transparência e avaliação. Cotton, Cotton e Shipway analisam riscos e oportunidades do ChatGPT para a integridade académica (16), e Rasul et al. propõem uma resposta articulada entre estudantes, docentes e instituições (17). Detectores automáticos, por si só, não oferecem base suficiente para decisões sancionatórias, pois a avaliação exige julgamento académico e evidências contextualizadas (18).

As políticas precisam igualmente considerar a perspectiva dos estudantes. Um estudo com ampla participação estudantil mostrou que orientações institucionais devem ser compreensíveis e ajustadas às práticas reais de utilização da inteligência artificial (19). Revisões recentes recomendam declarar a assistência tecnológica, preservar a responsabilidade humana pelo conteúdo e redesenhar tarefas para valorizar processo, argumentação e reflexão (20).

a literatura ética destacam que qualquer investigação deve procurar benefícios reais e evitar danos à sociedade. A partir dessas considerações, no âmbito da elaboração dos TFC, pode-se perceber que a responsabilidade é muito importante, pois os trabalhos devem contribuir para a resolução dos problemas da sociedade, promovendo o bem-estar colectivo.

Analisando o Regulamento de Elaboração de TFC do Instituto Superior Politécnico da Caála, percebe-se que a responsabilidade pela qualidade dos TFC é atribuída sobretudo ao orientador, pois o regulamento estabelece que mesmo quando se recorra a instituições externas, o orientador será sempre o responsável pela qualidade do trabalho a desenvolver pelo estudante, .

Neste contexto, observa-se uma urgente necessidade de reforço das políticas institucionais e do treinamento ético dos estudantes, para que se promova uma cultura de integridade que contemple não apenas o respeito pelas normas académicas, mas também a responsabilidade social e moral da pesquisa científica.

A responsabilização da qualidade do TFC deve ser atribuída a ambos (orientador e orientando), aliás, a responsabilidade diz respeito aos elementos que contribuem de forma rigorosa para a qualidade da investigação, o que é possível apenas quando há envolvimento dos dois sujeitos. Desses elementos apontam-se os seguintes:

- Consistência: centrado no cumprimento de normas que incluem métodos e materiais, para garantir a validade e a confiabilidade da investigação;

- Compromisso social: cinge-se na orientação da investigação para fins que beneficiem a sociedade e respeitem os direitos humanos;
- Cumprimento de normas legais e institucionais: diz respeito ao seguimento de regulamentos, códigos de conduta ética e leis que regem a investigação, especialmente quando envolve seres humanos.

Assim, a aplicação do princípio de responsabilidade não se limita a evitar fraudes académicas, mas inclui o dever de consistência, transparência metodológica e respeito aos direitos humanos, assegurando que a investigação contribua de forma positiva para a resolução do problema identificado. A responsabilidade envolve o compromisso com o rigor metodológico e com os impactos sociais e éticos da investigação.

- Integridade académica na era digital

A digitalização ampliou o acesso a fontes, ferramentas de escrita e sistemas de análise, mas também tornou mais complexa a distinção entre apoio legítimo e substituição indevida do trabalho intelectual. A literatura contemporânea descreve a integridade como prática educativa situada, atravessada por expectativas por vezes contraditórias entre estudantes, docentes e instituições (21).

Comportamentos desonestos não decorrem de uma causa única. Pressão por desempenho, procrastinação, gestão inadequada do tempo, compreensão insuficiente das normas e desenho pouco autêntico das avaliações podem actuar em conjunto (22). Assim, a prevenção deve combinar literacia académica, apoio pedagógico e procedimentos institucionais justos.

No contexto africano, a introdução da inteligência artificial ocorre em instituições com níveis desiguais de infraestrutura, formação docente e desenvolvimento de políticas. Uma abordagem contextualizada deve equilibrar regulação, educação e responsabilidade colectiva, evitando importar soluções que ignorem as condições locais (23).

Para os TFC angolanos, isso implica exigir que o estudante declare usos relevantes de ferramentas digitais, verifique informações e referências, preserve versões do trabalho e assuma responsabilidade pelas decisões intelectuais. Propostas voltadas às universidades africanas defendem políticas que integrem competências digitais, clareza normativa e acompanhamento institucional (24).

A integridade também depende de supervisão eticamente consistente. Estudos comparativos mostram que apoio, envolvimento, justiça percebida e clareza de papéis condicionam a experiência formativa (25). Registos de versões, justificativa metodológica e defesa oral tornam o processo visível e fortalecem a autoria.

Evidências empíricas fora de Angola mostram associação entre usos de inteligência artificial e práticas de plágio autodeclaradas, reforçando a necessidade de orientações proporcionais e baseadas em evidências (26). Esses achados não podem ser transferidos automaticamente para Angola, mas ajudam a formular questões para investigação futura.

A resposta ética, portanto, não deve demonizar a tecnologia nem normalizar qualquer utilização. Deve estabelecer finalidades pedagógicas, limites de assistência, deveres de declaração, protecção de dados e critérios de responsabilização que preservem a autoria e a aprendizagem.

- Princípio da Confidencialidade

A confidencialidade consiste na protecção das informações fornecidas pelos participantes da investigação. Na perspectiva construtivista, por exemplo, a confidencialidade é uma condição para a criação de um ambiente de confiança entre o investigador e os participantes.

Segundo a tradição sócio-interacionista, o vínculo estabelecido na interação deve ser pautado pela ética do cuidado, assegurando que os dados recolhidos não sejam utilizados de forma prejudicial aos envolvidos. Para Rogers, proteger a identidade e as informações dos participantes é uma forma de valorizar a sua integridade e garantir que o investigador não cause danos psicológicos ou sociais.

Percebe-se, a partir do exposto, que a perspectiva sócio-interacionista destaca o respeito pela confidencialidade como uma expressão do reconhecimento do outro como sujeito ético, enquanto a abordagem humanista reforça a visão exposta, compreendendo a confidencialidade como um gesto de empatia e respeito pela dignidade humana.

Essas abordagens encontram respaldo no Decreto Presidencial nº 109/19, de 2 de Abril, que aprova o Estatuto da Carreira de Investigador Científico, segundo o qual o pessoal da Carreira de Investigador Científico deve garantir o sigilo profissional relativamente às matérias confidenciais sob a sua guarda.

Quando publicados, os dados obtidos a partir dos participantes não devem permitir a sua identificação, salvo se a investigação o exigir e houver autorização do informante. Na investigação científica, o princípio da confidencialidade constitui um elemento muito importante. Trata-se de um dos pilares éticos que zelam pela protecção das informações fornecidas pelos participantes durante o processo de investigação.

No contexto africano, Abdelkreem et al. (11), ao estudarem o clima de integridade da investigação em universidades egípcias, destacaram a importância das condições institucionais para a promoção de comportamentos responsáveis na investigação. O estudo, realizado com investigadores académicos, relaciona a cultura institucional de integridade com as práticas dos investigadores e com a existência de mecanismos que orientem a conduta científica.

Com base nessas abordagens, pode-se considerar que, no Ensino Superior angolano, a confidencialidade também é entendida como uma responsabilidade institucional, pois não basta exigir que o estudante preserve os dados se a própria instituição não estabelecer procedimentos claros para a sua protecção.

Em suma, as directrizes para a aplicação prática dos princípios éticos nos TFC incluem a formação ética obrigatória ao longo do curso, a existência de regulamentos claros sobre integridade académica, a promoção de oficinas sobre escrita científica e uso responsável da tecnologia, o acompanhamento sistemático dos orientadores e orientandos e o incentivo à realização de pesquisas com impacto social positivo.

CONCLUSIONS

A análise desenvolvida permitiu sustentar que a elaboração dos Trabalhos de Fim de Curso no Ensino Superior angolano deve ser orientada por princípios éticos que ultrapassam o cumprimento formal de normas. Como ensaio teórico, o artigo não demonstra relações causais nem generaliza resultados empíricos; propõe uma interpretação fundamentada da autonomia, honestidade, responsabilidade, rigor e confidencialidade no processo de formação científica.

A articulação entre construtivismo, sócio-interacionismo e humanismo oferece uma lente pedagógica para compreender a ética dos TFC, desde que não se afirme que os princípios decorrem directamente dessas teorias. A partir de seus pressupostos, pode-se relacionar a actividade autónoma do estudante, a mediação dialógica do orientador e o respeito pela dignidade humana com deveres concretos de autoria, transparência e cuidado.

A revisão indica que a integridade deve ser ensinada de modo explícito e contínuo. Prevenção de plágio, atribuição de autoria, gestão de dados, declaração do uso de inteligência artificial e reconhecimento das limitações precisam integrar a orientação e a avaliação. O orientador apoia e questiona; o estudante mantém a responsabilidade intelectual; e a instituição fornece regras claras, formação, recursos e procedimentos justos.

No contexto digital, a resposta institucional deve combinar literacia académica, desenho de tarefas autênticas, acompanhamento do processo e critérios transparentes para o uso de ferramentas de inteligência artificial. Sistemas de detecção não substituem o julgamento académico nem autorizam conclusões automáticas. A responsabilidade ética exige verificar fontes, declarar assistência tecnológica relevante e proteger dados pessoais ou sensíveis.

Conclui-se que uma cultura de integridade nos TFC depende da coerência entre valores, práticas de supervisão e políticas institucionais. O ensaio oferece uma síntese conceptual aplicável ao debate angolano, mas permanece limitado pelo carácter narrativo da revisão e pela escassez de estudos empíricos específicos de Angola. Pesquisas futuras poderão examinar regulamentos, práticas de orientação e experiências de estudantes em diferentes instituições do país.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

1. Alfredo FCH, Simões AJR. Ensino da ética na pesquisa em educação: análise dos programas de formação em investigação científica e a relevância nas monografias produzidas em Angola. *Práxis Educativa*. 2023;18:1-16. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.18.22149.082>.
2. Canoquena J, Rodriguez M, Samba S. Nuances nas inaptidões de redações técnico-científicas apresentadas por estudantes universitários angolanos: uma análise temática. *Sapientiae*. 2024;10(1):7-25. <https://doi.org/10.37293/sapientiae101.02>.
3. Silveira CR, Almeida AML. Integridade ética na pesquisa: plágio académico e aspectos jurídicos. *Horizontes*. 2023;41(1):e023012. <https://doi.org/10.24933/horizontes.v41i1.1619>.
4. Krásničan V, Gaižauskaitė I, Bülow W, Bjelobaba S, Dlabolová DH. Transition from academic integrity to research integrity: the use of checklists in the supervision of master and doctoral students. *J Acad Ethics*. 2024;22:149-161. <https://doi.org/10.1007/s10805-023-09498-0>.

5. Favaro R, et al. A integridade acadêmica na educação superior: possibilidades de uso de um recurso educacional aberto. *Rev Bras Aprendiz Aberta Distância*. 2022;21(1).
<https://doi.org/10.17143/rbaad.v21i1.647>
6. Muthanna A, Alduais A. A thematic review on research integrity and research supervision: relationships, crises and critical messages. *J Acad Ethics*. 2021;19:165-183.
<https://doi.org/10.1007/s10805-020-09368-z>.
7. Cutri J, Abraham A, Karlina Y, et al. Academic integrity at doctoral level: the influence of the imposter phenomenon and cultural differences on academic writing. *Int J Educ Integr*. 2021;17:8. <https://doi.org/10.1007/s40979-021-00074-w>.
8. Sá MJ, Santos AI, Serpa S. The academic supervisor of higher education students' final projects: a gatekeeper of quality? *Acad J Interdiscip Stud*. 2021;10(1):152-160.
<https://doi.org/10.36941/ajis-2021-0013>
9. Mercado LPL, Rêgo APM. Formação de pesquisadores em integridade na pesquisa: espaços e subsídios relacionados aos cuidados éticos na pesquisa educacional. *Práxis Educativa*. 2023;18:1-18. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.18.21369.015>.
10. Caldas IM, Madureira-Carvalho Á. Integridade na investigação científica. *RevSALUS*. 2021;3(2).
<https://doi.org/10.51126/revsalus.v3i2.175>
11. Abdelkreem E, Ibrahim ME, Elateek S, Abdelgawad F, Silverman HJ. Perceptions of the research integrity climate in Egyptian universities: a survey among academic researchers. *J Empir Res Hum Res Ethics*. 2024;19(4-5):250-262. <https://doi.org/10.1177/15562646241273097>.
12. Sozon M, Alkharabsheh OHM, Fong PW, Chuan SB. Cheating and plagiarism in higher education institutions: a literature review. *F1000Research*. 2024;13:788.
<https://doi.org/10.12688/f1000research.147140.2>.
13. Harrad R, Awasthi A. Academic integrity or academic misconduct? Conceptualisation and challenges. *High Educ Res Dev*. 2024. <https://doi.org/10.1080/07294360.2024.2339833>
14. Miron J, Wilson R, Freeman J, Sears K. Academic integrity in upper year nursing students' work-integrated settings. *Int J Educ Integr*. 2022;18:16. <https://doi.org/10.1007/s40979-022-00107-y>.
15. Newton PM, Essex K. How common is cheating in online exams and did it increase during the COVID-19 pandemic? A systematic review. *J Acad Ethics*. 2024;22(2):323-343.
<https://doi.org/10.1007/s10805-023-09485-5>.
16. Cotton DRE, Cotton PA, Shipway JR. Chatting and cheating: ensuring academic integrity in the era of ChatGPT. *Innov Educ Teach Int*. 2024;61(2):228-239.
<https://doi.org/10.1080/14703297.2023.2190148>.
17. Rasul T, Nair S, Kalendra D, et al. Enhancing academic integrity among students in the GenAI era: a holistic framework. *Int J Manag Educ*. 2024;22(3):101041.
<https://doi.org/10.1016/j.ijme.2024.101041>.
18. Perkins M, Roe J, Postma D, McGaughan J, Hickerson D. Detection of GPT-4 generated text in higher education: combining academic judgement and software to identify generative AI tool misuse. *J Acad Ethics*. 2024;22(1):89-113. <https://doi.org/10.1007/s10805-023-09492-6>.
19. Johnston H, Wells RF, Shanks EM, Boey T, Parsons BN. Student perspectives on the use of generative artificial intelligence technologies in higher education. *Int J Educ Integr*. 2024;20:2.
<https://doi.org/10.1007/s40979-024-00149-4>.

20. Balalle H, Pannilage S. Reassessing academic integrity in the age of AI: a systematic literature review on AI and academic integrity. Soc Sci Humanit Open. 2025;11:101299.
<https://doi.org/10.1016/j.ssaho.2025.101299>.
21. Davis A. Academic integrity in the time of contradictions. Cogent Educ. 2023;10(2):2289307.
<https://doi.org/10.1080/2331186X.2023.2289307>.
22. Aruğaslan E. Examining the relationship of academic dishonesty with academic procrastination and time management in distance education. Heliyon. 2024;10(19):e38827.
<https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2024.e38827>.
23. Guadu A. Academic integrity in the age of AI: challenges and strategies for African higher education. Discov Educ. 2025. <https://doi.org/10.1007/s44217-025-01031-2>
24. Samo LMG. Integridade académica na era da inteligência artificial: políticas e estratégias para universidades africanas. Rev Foco. 2026;19(6):e12110.
<https://doi.org/10.54751/revistafoco.v19n6-085>.
25. Löfström E, Peltonen J, Frick L, Niglas K, Pyhältö K. Profiles of doctoral students' experience of ethics in supervision: an inter-country comparison. Higher Educ. 2023;86(3):617-636.
<https://doi.org/10.1007/s10734-022-00917-6>.
26. Torres-Díaz JC, et al. Artificial intelligence and academic integrity: exploring the relationship between AI use and plagiarism among Ecuadorian university students. Int J Educ Integr. 2025.
<https://doi.org/10.1007/s40979-025-00209-3>

FUNDING:

O autor declara que o estudo não recebeu financiamento externo e foi desenvolvido com recursos próprios.

CONFLICT OF INTEREST:

O autor declara não existir conflito de interesses relacionado com este artigo.

AUTHOR CONTRIBUTION

Autor: Ladislau Profírio Amadeu (LPA)

1. Conceptualização: LPA
2. Curadoria de dados: LPA
3. Análise formal: LPA
4. Aquisição de financiamento: não aplicável
5. Investigação: LPA
6. Metodologia: LPA
7. Administração do projecto: LPA
8. Recursos: LPA
9. Software: não aplicável
10. Supervisão: LPA
11. Validação: LPA
12. Visualização: LPA
13. Redacção do rascunho original: LPA
14. Redacção, revisão e edição: LPA